

# A Autoridade da Concorrência e as OPAs



A Autoridade da Concorrência continua a demorar a decisão de autorizar, proibir ou autorizar com remédios, a OPA do BCP sobre o BPI e da Sonae sobre a PT. Os processos em causa são complexos e requerem estudos significativos e estes levam tempo. Como também

NEGÓCIOS À PARTE

**JOÃO CAIADO GUERREIRO**  
Advogado

A situação da AdC exige, pois, que esta explique bem aos consumidores portugueses porque existe e quais os seus fins. Abel Mateus, quando apresentar a sua decisão vai ter que expor porque é que a decisão que tomou é a melhor para nós. E vai ter que explicar porque em termos simples! Se não o fizer bem, a AdC pode ficar ferida de morte.

levam tempo as negociações com os Oferentes, na procura de remédios. Porém, esta demora começa a parecer um pouco exagerada: quer o sector financeiro quer o sector das telecomunicações têm reguladores específicos, como o Banco de Portugal e a Anacom, que detêm muita informação sobre a situação e poder de mercado das empresas envolvidas. Além do mais, poucos sectores em Portugal terão sido alvo de tantos estudos como as telecomunicações e a banca. Acresce que em termos internacionais os movimentos de concentração nestes sectores têm sido muitos pelo que é fácil encontrar decisões e jurisprudência de autoridades da concorrência em mercados semelhantes ao nosso, em situações similares. É também claro que a equipa de Abel Mateus na AdC é de qualidade. Ou seja, nesta altura é razoável o leitor perguntar-se se a AdC terá liberdade política para decidir o que acha melhor para concorrência ou se estará a ser pressionada para uma decisão mais politizada.

A experiência neste tipo de processos em Portugal indica que as pressões sobre a AdC são muitas: os actores envolvidos são poderosos; as empresas são das maiores do País empregando milhares de trabalhadores, e, *last but not least*, os nossos governantes gostam de intervir nestas decisões. A independência das autoridades ditas independentes, em Portugal, é sempre um pouco poética. Simplesmente, porque não há uma cultura de deixar o mercado e os reguladores trabalharem em paz.

Ora a AdC encontra-se politicamente enfraquecida: o Sr. Ministro da Economia, na decisão sobre a compra da Autoestradas do Atlântico pela Brisa tratou de mostrar quem realmente manda e revogou a decisão de Abel Mateus. Sejamos claros: o caso da Brisa era um caso de fronteira onde a bondade da decisão da AdC era menos evidente. Isto, porém, não altera o facto de a AdC ter ficado politicamente enfraquecida e de enfrentar agora uma escolha difícil: se não aprovar a(s) OPA (s) vai ter de enfrentar as poderosas máquinas de relações públicas dos Oferentes e correr o risco de ver o Ministro da Economia revogar a sua decisão. Se as aprovar sem remédios muito significativos, corre o risco de perder a credibilidade que tão laboriosamente construiu.

A tarefa não é fácil: Portugal não tem nem nunca teve uma cultura de concorrência. Somos um País onde largos sectores da sociedade e da economia não estão expostos à concorrência, que aliás, abominam. Em boa parte, é essa aversão à concorrência que explica o nosso atraso. A concorrência é difícil, exige trabalho, esforço, inovação e premia os melhores. E é essa inovação e esse esforço que criam riqueza. As economias mais competitivas são aquelas onde os consumidores têm mais escolha e onde a riqueza é maior. Fazer passar essa ideia é o objectivo fundamental da AdC: mas, para isso, tem de tomar a decisão certa e depressa. ||



*"Se não aprovar a(s) OPA (s) vai ter de enfrentar as poderosas máquinas de relações públicas dos Oferentes e correr o risco de ver o Ministro da Economia revogar a sua decisão. Se as aprovar sem remédios muito significativos, corre o risco de perder a credibilidade que tão laboriosamente construiu".*

RIQUEZA DA NAÇÃO

**JOAQUIM ROCHA DA CUNHA**  
Empresário, economista e presidente da Associação das PME-Portugal

## Ideologia para novas oposições e melhor governação - I

O início de época política fica marcado por propostas de partidos, propostas de reorganização da política nos partidos e propostas de redefinição do conceito de direita.

Muito embora há muito o pragmatismo tenha substituído a política doutrinar, sobra sempre espaço para novas ideias, e mais do que ideias, para formas mais eficientes de aplicar medidas que todos julgam necessário.

Tirando os disparates habituais do Dr. Anacleto Louçã - a última das quais consistiu em comparar os empresários à máfia - ainda há formas de propor formas mais eficazes de fazer aquilo que um grande arco democrático entende por necessário. Necessário reformar o Estado. Racionalizar o número de funcionários. Estancar a despesa corrente. Garantir a sustentabilidade da segurança social. Reforçar os mecanismos de apoio ao investimento. Fomentar a inovação. Transformar uma economia intensiva em mão-de-obra numa economia do conhecimento.

Se perguntarmos ao Eng. Sócrates, ao Dr. Marques Mendes, ao Dr. Ribeiro Castro, ou mesmo na sombra aos doutores Ferraz da Costa, Monteiro e Portas, todos estarão de acordo nisto. Até mesmo nalguns destes pontos - apoio ao tecido económico nacional - o mais entusiasta seria Jerónimo de Sousa. Então o que impede as reformas? Então como estabelecer novas diferenças ideológicas? Como fazer oposição efectiva? Perguntas que todos se colocam e das quais necessitamos urgente resposta.

As grandes questões que se colocam, não necessitam tanto de consenso - eles até existem - mas de efectiva aplicação e constante escrutínio. Qualquer partido na oposição defende a diminuição do peso do Estado e a descida dos impostos. E o que acontece quando está no poder? Aumentam os impostos, aumentam a eficiência, *quando* desleia da máquina fiscal. E o que faz a oposição, mesmo que o Estado imponha regras de cobrança quando ele não cumpre? O que faz a oposição quando se implementa uma medida inconstitucional como o pagamento especial por conta? O que faz a oposição quando o aumento da carga fiscal, diminui a colecta e o ritmo económico?

Qualquer partido na oposição tem hoje consciência que é necessária uma activa, integrada política económica. Da importância na economia das PME. O programa eleitoral do Partido Socialista fazia-o abundantemente. E o que é feito na política económica actual? O que sabe a oposição da realidade? Como questionam as oposições este e outros Governos sobre a matéria?

Não tenho dúvidas de que é intenção do actual e dos antecessores chefes de Governo ter uma política económica forte. Mas, como se certificam de que as medidas têm resultados no terreno? Como se certificam, fora do Conselho de Ministros que quem escolhem para o executivo tutela eficazmente os organismos e verbos? As reformas não se fazem só de propostas, medidas, anúncios, fazem-se de aplicação efectiva e rápida no terreno de medidas.

Assim, e no campo económico, Governo e oposição fariam bem melhor se discutissem em concreto se temos medidas correctas, se estão a ser efectivamente aplicadas. Se temos alguma política de apoio à exportação e se ela produz aumento de exportações? Que não apenas como actualmente de combustíveis, minério e AutoEuropa! Se temos crédito ao investimento suficiente? Ou pelo contrário, crédito ao consumo em excesso. Se os mecanismos de garantia mútua, capitais de risco e securitização públicos, que são abundantes, chegam de facto ao tecido empresarial? Ou continuam concentrados num pequeno número de beneficiários. Se as medidas para um plano tecnológico têm correspondência na inovação, no empreendedorismo, nos preços da Internet, na concorrência das telecomunicações? Ou não passam, como alguns acusam, de um *powerpoint*?

Em termos de estratégia nacional e agora que se prepara o QREN, vale a pena avaliar a eficácia da actual estratégia de investimento e aquilo que se perspectiva para o futuro. Continuaremos em próximo artigo. ||

